

**ATA DA 5ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2024**

Às dezesseis horas do vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, Ministério da Fazenda, Edifício Anexo, sala R4, 1º andar do bloco P da Esplanada dos Ministérios, Brasília, Distrito Federal, realizou-se a quinta reunião do Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas, colegiado instituído pelo Decreto nº 11.532, de 16 de maio de 2023, sob a presidência da Sra. Viviane Aparecida da Silva Varga, Secretária Adjunta do Tesouro Nacional, e as presenças dos seguintes membros indicados pelos órgãos que compõem o Comitê: Sr. Aloísio Lopes Pereira de Melo, titular do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Sra. Elaine de Melo Xavier, titular, Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento (SOF); Sr. José Pedro Bastos Neves, titular, Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE), Sr. Leandro de Oliveira Albuquerque, titular, Ministério de Minas e Energia (MME), Sr. Jonathas de Alencar Moreira, titular, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Sr. Francisco Antônio Mota de Moraes, suplente, (MDS), Sr. Marcos Neves Torreão, suplente, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e participaram como convidados o Sr. Marcelo F. Guimarães, Analista, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), e o Sr. Érico Rocha, Coordenador-Geral, Ministério do Meio Ambiente (MMA). Participaram virtualmente as representantes da Consultoria ERM NINT, Sra. Tatiana Assali e a Sra. Marina Briant. Participaram como representantes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Sr. Otavio Ladeira de Medeiros, Subsecretário da Dívida Pública; Sr. Luiz Fernando Alves, Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública (COGEP); Sra. Raquel Lima Pereira de Araújo Leite, Gerente de Relacionamento Institucional da COGEP; Sra. Júlia Cavalcante Fontes, Auditora Federal da COGEP; Sr. Ricardo José Macedo dos Santos, Auditor Federal da COGEP; Cinthia de Fátima Rocha, Auditora Federal da COGEP. Não houve representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

ABERTURA: A Sra. Viviane Aparecida da Silva Varga, iniciou a reunião com as boas-vindas aos membros e convidados. Inicialmente, propôs a inversão da pauta onde o item c) cronograma passaria a ser o item e). Em seguida, colocou na ordem do dia a aprovação da Ata referente à 4ª reunião do Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas (CFSS), realizada em 04 de outubro de 2023, bem como os demais itens, quais sejam: ii) Apresentação dos resultados da emissão inaugural, iii) Apresentação, pela consultoria ERM NINT, de modelos de Relatório de Alocação e Impacto, iv) Apresentação de proposta de modelo de solicitação de informações, v) Apresentação de cronograma tentativo CFSS 2024, e vi) Informes gerais.

ITEM 1. Aprovação da Ata da reunião anterior. A Presidente em exercício questionou se os membros do CFSS teriam alguma ressalva a ser incorporada na Ata. O Sr. Aloísio Lopes P. de Melo (MMA) sugeriu a inserção no documento, de comentário realizado na 4ª reunião do CFSS pelo Sr. Rodrigo Martins Vieira (MMA). Incumbiu-se de encaminhar a redação a posteriori para que a Secretaria Executiva do CFSS

ATA DA 5ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2024

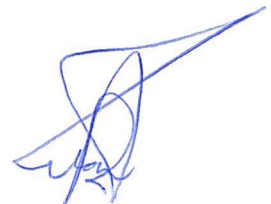
promovesse a sua inclusão no documento. Por conseguinte, a nova versão seria submetida à apreciação dos membros do Comitê para aprovação virtual e coleta de assinaturas durante a 6ª reunião do CFSS. Logo depois, avançou para o segundo item da pauta. **ITEM 2. Apresentação dos resultados da emissão inaugural, realizada no dia 13 de novembro de 2023.** Ressaltou que foi enviado e-mail aos membros sobre os resultados da emissão. Informou que a emissão foi bem-sucedida, com a captação de 2 bilhões de dólares no prazo de 7 anos a uma taxa de 6,50% e considerada atrativa ante as condições de mercado. Informou que 75% dos investidores são da Europa e América do Norte e 25% da América Latina e que o título está performando bem no mercado secundário, com “*spread*” abaixo do colocado na emissão primária. O Sr. Luiz Fernando Alves, esclareceu que desde o momento da emissão de novembro/23, os “*spreads*” caíram: na América Latina, observou-se uma queda média de 10 p.p., inclusive para países com grau de investimento, enquanto os títulos brasileiros nesse período tiveram queda de 15 p.p. em média. Isso indica que a performance do título sustentável do Brasil vem se mostrando melhor do que a dos pares. A Presidente reforçou a responsabilidade do CFSS na elaboração dos relatórios de alocação e impacto como elemento importante para a colocação de novos títulos sustentáveis no futuro e, em seguida, passou para o terceiro item da pauta. **ITEM 3. Apresentação, pela consultoria ERM NINT, de modelos de Relatórios de Alocação e Impacto relacionada à emissão de títulos temáticos de outros soberanos selecionados.** O Sr. Luiz Fernando Alves ressaltou o apoio do BID e BIRD para o desenvolvimento do Arcabouço. Além disso, informou que o PNUD se juntou ao grupo para o desenvolvimento dos relatórios vindouros. Por meio do BID houve o apoio da Consultoria NINT para a elaboração do Arcabouço e, na atual etapa, segue-se com o apoio da NINT para o desenvolvimento do Relatório de Alocação e Impacto da primeira emissão. Como parte desse trabalho, a NINT realizou “*benchmark*” para verificar a abordagem destes relatórios em outros países. Em seguida, passou a palavra para a Sra. Tatiana Assali e a Sra. Marina Briant, representantes da Consultoria NINT. Com a palavra, a Sra. Marina Briant colocou que o objetivo da apresentação é introduzir o conceito de relatório de alocação e impacto, a sua importância e trazer exemplos de outros países quando do mapeamento do “*benchmark*”. O *benchmark* foi construído com base num conjunto de 10 países, para que a partir dele seja feita a proposta de estrutura para o primeiro relatório de alocação do Brasil. A Sra. Elaine Xavier, questionou se a NINT iria propor metodologia para a elaboração do relatório e, caso seja, se os setoriais iriam recebê-la para que seja analisada. E, com relação aos outros países que foram analisados, qual a metodologia utilizada para essa parte da alocação. Foi esclarecido que cada país adota uma abordagem única para fazer a categorização e que é um exercício de correlação. Que tem países que já possuem uma taxonomia, outros fazem isso caso a caso, ao mesmo tempo tem países que na ausência de uma taxonomia adotam sua própria metodologia, que é o que será construído a partir de agora no caso do Brasil. Que a proposta de construção do documento será

ATA DA 5ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2024

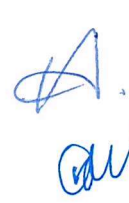
compartilhada com todos os membros. O Sr. José Pedro questionou como o relatório poderá apontar para ações que foram feitas exclusivamente com recursos da emissão e outras que receberam algum tipo de aporte, e se para fins de prestação de contas para investidores estrangeiros seria importante ter essa diferenciação. Foi esclarecido que a alocação será virtual e que será priorizado o dado que represente o montante líquido equivalente ao valor da operação. Outra questão levantada foi o fato de que os títulos soberanos sustentáveis são emitidos em dólar e as nossas despesas são em reais. Foi esclarecido que é fixada uma data de conversão no dia do recebimento dos recursos. Esclarecidas as dúvidas dos participantes, a Presidente agradeceu a participação da NINT e passou para o próximo item da pauta que trata da apresentação da proposta do modelo de solicitação de informações para os relatórios das emissões sustentáveis. **ITEM 4. Apresentação da proposta do modelo de solicitação de informações para os relatórios das emissões sustentáveis.** Com a palavra, a Sra. Raquel Araujo, apresentou o “*template*” a fim de colher as informações dos ministérios setoriais para elaboração do Relatório de Alocação e Impacto. Informou que com o intuito de aumentar a transparência em relação aos recursos haveria a intenção de se construir um painel *on-line* com as informações. Que para isso, seriam solicitadas informações mensais a respeito da liquidação e de impacto para as despesas que serão reportadas no documento. Que após a reunião o *template* seria circulado entre os membros com o objetivo de colher os subsídios, e que eventualmente poderiam ser realizadas reuniões bilaterais para colher opiniões junto com as propostas para o relatório. Que a expectativa para o início do envio regular dos dados será em abril, indicando também as despesas retroativamente, desde janeiro de 2023. A Sra. Elaine Xavier relatou que o PPA de 2023 é diferente do PPA de 2024, e que embora o orçamento seja incremental, a programação orçamentária pode ser alterada a cada PLOA. Que, portanto, é possível ter uma programação financiando despesa elegível em 2023 e outra programação financiando essa mesma despesa em 2024, inclusive com código de ação diferente. Logo, a programação orçamentária elegível em 2023 não necessariamente continuará em 2024. Que como a finalidade da ação pode ser alterada, o que era elegível em determinado exercício pode não continuar sendo no outro. A STN esclareceu que cada representante setorial irá identificar, dentro das suas ações, onde a ação irá se encaixar porque, do ponto de vista do relatório, o que importa é a categoria de despesa do Arcabouço. Com relação ao relatório de impacto, foi discutido como seria trabalhada a codificação orçamentária do ponto de vista da comprovação do gasto, e se, por exemplo, poderiam ser utilizados os indicadores do PPA como indicadores de impacto dentro do projeto. A Sra. Elaine Xavier esclareceu que os indicadores não conversam diretamente com o orçamento, que para exercícios diferentes pode não haver o mesmo conjunto de indicadores, assim como pode não ser o mesmo conjunto de ações orçamentária financiando determinada categoria. Que se houver a intenção de correlacionar gasto orçamentário-financeiro e indicador não é possível fazê-lo de forma perene. O que pode ser feito é assumir

**ATA DA 5ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2024**

que as ações relacionadas a um determinado programa trabalham para modificar o indicador associado àquele programa. O Sr. Aloísio Lopes questionou se o monitoramento para o relatório de alocação abrangeria todas as despesas elegíveis do *framework*. A STN esclareceu que abrangeria todas as despesas consideradas elegíveis dentro do arcabouço, com a finalidade inclusive de se estruturar e criar meios de automatização para aumentar a capacidade de rastreamento das despesas. Foi questionado se haveria a possibilidade de se incluir despesa não prevista inicialmente na categoria de despesa do arcabouço no relatório de alocação. A STN informou que sim, considerando o compromisso com os mínimos e máximos daquelas categorias já apresentadas. O Sr. José Pedro questionou se o tipo de informação seria todo o ciclo orçamentário. A STN esclareceu que as informações solicitadas, neste momento, seriam a dotação inicial, empenhada e liquidada, sendo que a informação principal para demonstrar a alocação de recursos associada com o título sustentável é o pagamento efetivo da despesa elegível, que seria considerado como o valor liquidado. O Sr. Franciso de Moraes relatou que caso seja feita comparação de números, eventuais valores contidos ou bloqueados poderiam não estarem sendo considerados. A STN informou que o objetivo do relatório não é avaliar a performance de execução, mas sim comprovar para o investidor os gastos que foram alocados. Após o esclarecimento de dúvidas, a Presidente passou para o próximo item da pauta que trata do cronograma do CFSS para o ano de 2024. **Item 5. Apresentação de cronograma tentativo do CFSS para o ano de 2024.** A Secretaria Executiva do CFSS, informou que até o final de março o CFSS encaminharia o *template* com os dados preenchidos, e que a partir daí as atualizações seriam mensais. A expectativa é que no mês de abril seja trabalhada a elaboração do relatório de pré-emissão. No mês de maio ocorreria a 6ª reunião do CFSS para que seja feita a avaliação/aprovação do relatório de pré-emissão. Em agosto seria a 7ª reunião do CFSS para fazer a avaliação do relatório de alocação e impacto. Em setembro seria a avaliação de tal relatório pelo verificador externo. Em outubro seria a publicação desse relatório, após avaliação final pelo CFSS. Finalizada a apresentação a Presidente passou para o próximo item da pauta. **ITEM 6 - Informes:** Os membros do CFSS foram consultados sobre interesse na possibilidade de receberem treinamentos sobre o Arcabouço, Relatório de Alocação e Impacto e sinalizaram positivamente quanto ao interesse. A STN colocou que está buscando apoio para viabilizar esse tipo de treinamento. **ENCERRAMENTO:** Por fim, a presidente agradeceu a presença de todos e todas. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente considerou encerrada a reunião. E para constar, eu, Cinthia de Fátima Rocha, secretária da reunião, lavrei e subscrevi esta Ata, que será assinada pelos membros do comitê presentes na reunião.

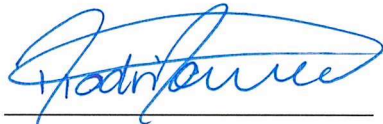

Viviane Aparecida da Silva Vargas
Presidente do Comitê





ATA DA 5ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2024



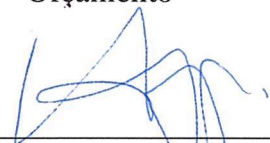
Aloisio Lopes Pereira de Melo
Ministério do Meio Ambiente



Elaine de Melo Xavier
**Secretaria de Orçamento Federal do
Ministério do Planejamento e
Orçamento**



José Pedro Bastos Neves
**Secretaria de Política Econômica do
Ministério da Fazenda**



Leandro de Oliveira Albuquerque
Ministério de Minas e Energia



Jonathas de Alencar Moreira
Ministério da Agricultura e Pecuária

Francisco Antônio Mota de Moraes
**Ministério do Desenvolvimento e
Assistência Social, Família e Combate à
Fome**



Marcos Neves Torreão
**Ministério da Integração e do Desenvolvimento
Regional**

